

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

A T A Nº 05/91

001 Aos dezessete dias do mês de abril do ano de mil, novecentos e
002 noventa e um, no horário das oito horas e trinta minutos, no
003 Gabinete da Vice-Reitoria, realizou-se uma reunião do Conselho
004 Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE da
005 Universidade Federal de Pelotas, a qual, previamente convocada
006 e presidida pelo Professor Luiz Henrique Schuch, seu Presiden-
007 te, contou com a participação dos seguintes Conselheiros: Pro-
008 fessores: Maria Isabel da Cunha, Pró-Reitora de Graduação e As-
009 sistência; Sérgio Roberto Martins, Pró-Reitor de Pesquisa e
010 Pós-Graduação; Aldyr Garcia Schlee, Pró-Reitor de Extensão; Cé-
011 res Maria Torres Bonatto, Representante do Conselho Universitá-
012 rio; Moacir Cardoso Elias, Representante da área de Ciências A-
013 grárias; Fernando Nova Cruz Diaz, Representante da área de Ci-
014 ências Exatas e Tecnologia; Maria de Lourdes Valente Reyes, Re-
015 presentante da área de Letras e Artes; Hilda Costa Acevedo, Re-
016 presentante da área de Ciências Humanas e Acadêmico Eracy Lafu-
017 ente Pereira, Representante discente. Esteve, ainda, presente à
018 sessão, na qualidade de convidado face o advento de sua aposen-
019 tadoria, o Professor Gastão Coelho Pureza Duarte, até então Re-
020 presentante da área de Ciências da Saúde e Biológicas no COCEPE.
021 Verificado haver número legal de Conselheiros presentes, o Se-
022 nhor Presidente deu por aberta a reunião passando, de imedia-
023 to, a análise da pauta. Item I - Atas nºs 02/91 e 03/91. Com
024 relação a Ata 02/91, nenhum reparo foi solicitado, tendo sido
025 integralmente aprovada. Quanto a Ata 03/91, às fls. 19, linha

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 05/91. Fls. 02

733 deve-se ler Licenciatura em Música e não em Canto. Fazendo uso da palavra, o Professor Moacir Elias fez breve explanação discordando do registro constante às fls. 02, linhas 34 da Ata em questão, relativamente a retificação da Ata 19/90. Solicitou fosse acrescentado logo após a expressão "mã fê" o registro "com o que o Conselheiro não concordou". Em seguida, a Ata foi colocada em votação, sendo aprovada pelos Senhores Conselheiros. Item II - Processo nº 23110.003618/90-91 - Estrutura Departamental da Faculdade de Direito, tendo como relatora a Professora Hilda Acevedo. Ao manifestar-se, a Professora procedeu a leitura do Parecer exarado pela Procuradoria Jurídica da UFPel, que passo a transcrever: "Manifesto-me acerca do expediente que concerne à reestruturação departamental da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas. O núcleo da celeuma deriva da motivação demonstrada pela Administração Central da Universidade, face a supostas chancelas legais, de alterar a atual estrutura dos Departamentos da Faculdade de Direito, adequando-a, por assim dizer, a dispositivo específico do Regimento-Geral, o qual preconiza a necessidade de que cada uma dessas diminutas unidades administrativas possua, no mínimo, 8 (oito) e, no máximo, 40 (quarenta) docentes. O M.D. Diretor da Faculdade de Direito, prof. José Gilberto da Cunha Gastal, justificou as razões pelas quais entende deva haver a permanência da composição presente, utilizando, fundamentalmente, o argumento de que se recomenda a prevalência do critério de afinidade de disciplinas (áreas) em relação ao aspecto meramente quantitativo do número de integrantes dos Departamentos. A profª Hilda Acevedo, pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, opôs-se, com veemência, àquelas razões, bem como às manifestadas pela Comissão especificamente designada para análise e estudo da situação, à exceção do entendimento demonstrado pelo discente integrante da referida Comissão, o qual, a exemplo da professora, julgou necessário o implemento de modificações estruturais tidas por indispensáveis. O Of. 190/90, da lavra do prof. José Gilberto, dá conta de que o Estatuto fixou unicamente o critério da afinidade, ao passo que coube ao Regimento-Geral, "norma hierarquicamente inferior e cujo conflitante dispositivo não pode sobrepor-se ao Estatuto", estabelecer a indispensabilidade de um número mínimo e máximo de docentes para compor aquela célula administrativa. Tal

circunstância fez com que a professora Hilda Acevedo entendesse por bem devesse a Procuradoria Jurídica da Instituição ser ouvida, i. e., para que fossem os setores competentes da UFPel instruídos e esclarecidos acerca da hierarquia das normas e validade material das mesmas, quando em direito confronto, mister se fazia um pronunciamento desse Setor. Por força e em razão de tais elementos, informadores do processo, passo, pois, a emitir minha opinião. As hipóteses fáticas estabelecidas nas previsões normativas não possuem contornos conceituais de fácil compreensão, especialmente a regra estatutária que aconselha a formação de Departamentos observando-se o princípio da afinidade de áreas. O mesmo não se diz, porém, do preceito regimental, o qual não autoriza o intérprete a possibilitar múltiplas conclusões, haja vista a evidência do enunciado. Contudo, malgrado a presença imprecisa da expressão "afinidade", há que se detectar se a mesma efetivamente conflita com o que fixa o Regimento-Geral, em seu art. 78, "3º. A rigor, há que se atentar à circunstância de que, na verdade, os dispositivos, em sua estática abstração, não são em-si e por-si confrontantes. O que gerou impossibilidade de aplicação e eficácia simultânea dos mesmos não reside na essência e substância deles próprios, mas, sim, em facetas contingentes dos fatos genericamente concebidos, o que fez com que as regras fossem tidas como aparentemente impróprias para a convivência, não proporcionando, assim, a edificação de um juízo de dever ser factível de ser admitido com razoabilidade no mundo jurídico. As normas referentes, se vistas de forma estiolada, impingem duas condutas básicas ao administrador, quando do instante genético dos Departamentos: a) devem os mesmos ser formados ante o princípio da afinidade; b) devem os mesmos possuir, no mínimo, 8 (oito) docentes e, no máximo, 40 (quarenta). Não havendo possibilidade de conciliarmos as duas exigências legais, quer porque, mantida a afinidade, o número de docentes seria insuficiente, quer porque, mantido o número, não haveria a aglutinação de disciplinas por rigorosa afinidade, qual deve, efetivamente, ser a conduta administrativa decorrente? Nada fazer, por não ter como observar a legislação pertinente? Convém não esquecer que o art. 49 do Estatuto, bem como o art. 86 do Regimento-Geral, salientam que às Faculdades correspondem Departamentos; portanto, igualmente não está juridicamente correto manter disciplinas

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 05/91. Fls. 04

106 não departamentalizadas... Assim, os comandos permanecem. A a-
107 finidade é pressuposto do Departamento, como também o é o n^ume-
108 ro dos que o integram. Qualquer dos crit^érios - parece-me -
109 pressupõe a id^eia de tornar os Departamentos passíveis de im-
110 plementar as atividades a que se propõem, sob pena de, em não
111 estando preenchido algum daqueles requisitos, não poderem di-
112 tas unidades administrativas levarem a termo seus objetivos (os
113 quais também se encontram juridicamente regradados), à luz de o-
114 rientações pedagógicas e administrativas. Entendo pertinentes
115 as argumentações constantes dos autos, quer as do prof. José
116 Gilberto e da prof^a Hilda, quer as manifestadas pela Comissão
117 Especial, o que me desautoriza a aduzir novas ponderações àque-
118 las, por ausência de necessidade e por, presumivelmente, já es-
119 tarem esgotadas as hipóteses exemplificativas. Temos, pois, sob
120 análise, uma norma passível de elasticização e outra de cunho
121 inteiramente objetivo. Em razão disso, é bastante mais eviden-
122 te a transgressão que possa haver em relação à segunda do que
123 referentemente à primeira. Mesmo porque, por vezes, não se
124 constata com rigor as fronteiras da ilicitude no que respeita
125 à obediência do crit^ério da afinidade. A flexibilização pode o-
126 correr com tranq^uilidade, por ausência de definição exata do
127 que é, ou não, afim; o mesmo não ocorre, porém, respeitante-
128 mente ao diploma que estabelece o quantitativo numérico, tendo em
129 vista a sua clareza. A alegação de que há normas prevalentes
130 em relação a outras, devido à fonte de onde promanam, não me
131 parece, s.m.j., acertada. Ambas foram aprovadas pelo Exm^o Sr.
132 Ministro de Estado da Educação, por homologação, face ao Pare-
133 cer nº 553-77, do Conselho Federal de Educação, seguindo orien-
134 tação constante no Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de
135 1969, em seu art. 14. Assim, não há dúvida de que as regras o-
136 cupam, no que afeta a origem das mesmas, patamar hierárquico i-
137 d^entico. Também não me parece admissível que possamos hierar-
138 quizá-las em razão da matéria que envolvem, pois, se ao Estatu-
139 to cabe sufragar-lhes a substância material, o que é indispen-
140 sável, ao Regimento-Geral compete, precipuamente, definir-lhes
141 contornos de natureza adjetiva, o que é, igualmente, fundamen-
142 tal. Não se recomenda o fenecimento do Regimento quando possa,
143 porventura, estar conflitando com o Estatuto, mas, sim, aconse-
144 lha-se tentar adequações possíveis. E - saliente-se - não me
145 parece ser o caso de estarmos face à indúvidosa antinomia, pois

146 parece possível a reestruturação departamental por intermédio
147 de novas nomenclaturas ou denominações. Por exemplo: Departa-
148 mento de Direito Público e Departamento de Direito Privado. A
149 estrutura dos Departamentos da Faculdade de Direito alinha-se
150 fortemente à identificação por meio dos chamados "ramos do Di-
151 reito". Essa é - tudo indica - apenas uma forma de denominã-
152 -los, em nada fulminando outras hipóteses de nomeá-los diferen-
153 temente. Sabemos, por outro lado, que em determinadas Faculda-
154 des de Direito existe o "Departamento de Direito", o qual al-
155 berga seguramente inúmeras disciplinas, senão todas. É um cri-
156 tério a mais, tão-somente. Os Departamentos da Faculdade de Di-
157 reito, em número de 7 (sete), são formados por disciplinas ri-
158 gorosamente afins, o que não quer dizer que não se possa esta-
159 belecê-los pela aglutinação de disciplinas que, não obstante
160 não serem inteiramente assemelhadas, possuam, mesmo assim, en-
161 trelaçamentos indiscutíveis. Entendo que, no afã de manter-se
162 a estrutura tal como está atualmente, advogando-se a tese de
163 que é preciso preservar vasos comunicantes, estejamos, em ver-
164 dade, obstaculizando a comunicação necessária com outras disci-
165 plinas, as quais, hoje, pretensamente não possuem aparente re-
166 lação. O impasse que se analisa surge - sou levado a crer - em
167 função do critério vigorante. Na realidade, parece-me que o
168 que se quer manter é exatamente o critério, pois, remanescendo
169 esse, perdura, com evidente lógica, o argumento favorável à
170 continuidade da estrutura departamental presente. Assim, é per-
171 feitamente possível que estejamos a partir da premissa equivo-
172 cada, o que não impede que aportemos a conclusão formalmente
173 lógica; porém, ainda que perfeita em sua estrutura interna, o
174 raciocínio pode estar distanciado de elementos de verdade mate-
175 rial, sendo, por conseguinte, falsa a concepção final. Sou de
176 entendimento de que, mantido o critério, são as regras incompa-
177 tíveis entre si, e a irregularidade ocorreria indefectivelmen-
178 te, quer por apego exclusivo à afinidade, quer por apego único ao
179 número de integrantes. Contudo, como entendo ser possível a mo-
180 dificação do que se compreende por "afinidade", pelo simples u-
181 so mesmo de nova terminologia, creio ser possível adequarmos
182 os fatos às regras, sem que, para tanto, tenhamos que engen-
183 har, por meio de odiosa engenharia de conveniências, os pró-
184 prios fatos. Não tem o presente Parecer o mister de adentrar
185 no mérito político-administrativo, mas meramente tecer conside-

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 05/91. Fls. 06

186 -rações acerca da legalidade de se proceder à reestruturação
187 departamental. Nesse sentido - e apenas movido por considera-
188 ções técnico-jurídicas -, mesmo porque aqui não se tenta empe-
189 cer a riqueza da discussão travada naquela ambiência quase dou-
190 trinária, inclino-me a admitir a possibilidade legal de ser
191 procedida a transformação objetivada. No entanto, sou de opi-
192 nião deva-se, previamente, repensar a "afinidade", atribuindo-
193 -se-lhe novos matizes e lhe concedendo dimensão diferenciada,
194 sem o que não me parece crível o implemento do "desideratum"
195 da Administração, pois, então, seria preservado - como disse-
196 mos - o critério, o qual acuso como sendo o fulcro do nascimen-
197 to dessa saudável - por que não dizer (?) - polêmica universi-
198 tária. Revista a "afinidade", adequle-se os dispositivos legais
199 pertinentes. É o Parecer, s.m.j. Procuradoria, 28 de março de
200 1991. Prof. Pedro Moacyr Pérez da Silveira - Procurador Geral."
201 Em seguida, passou à leitura de seu Parecer que, igualmente,
202 passou a transcrever: "Srs. Conselheiros, Tendo em vista o pare-
203 cer emitido pelo Ilmo. Sr. Dr. Pedro Moacir da Silveira, Procu-
204 rador Jurídico da UFPel, entendo plenamente atendida a solici-
205 tação que lhe fez o COCEPE e considero que este Conselho já
206 possui a totalidade das informações que se fazem necessárias
207 para que o mesmo se pronuncie concernentemente à reformulação
208 departamental na Faculdade de Direito. De acordo com o parecer
209 exarado, fica evidente a inexistência de impedimento legal pa-
210 ra que seja observado o Regimento Geral, o que se contrapõe ao
211 argumento do Conselho Departamental da Faculdade de Direito
212 que considera este Regimento (que estabelece o critério quanti-
213 tativo) norma hierarquicamente inferior ao Estatuto (que fixa
214 o critério da afinidade). Portanto, constatada e testemunhada
215 pelo Sr. Procurador da UFPel a inadmissibilidade de hierarqui-
216 zar-se o Regimento Geral e o Estatuto da UFPel, fica excluída
217 a possibilidade de que um conflito entre tais dispositivos ve-
218 nha a tornar um deles inexecutível. Com o que, entendo, há este
219 Conselho de tratar para que os princípios que emanam destes or-
220 denamentos sejam adequadamente cumpridos. Possui ainda, o pare-
221 cer da Procuradoria Jurídica, a sugestão de que seja revisto o
222 critério da afinidade "atribuindo-se-lhe novos matizes e lhe
223 concedendo dimensão diferenciada". Muito corretamente é obser-
224 vado que "temos pois sob análise uma norma possível de elasti-
225 zação e outra de cunho inteiramente objetivo." O que mais adi-

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 05/91. Fls. 07

226 ante é assim detalhado: "a flexibilização pode ocorrer com tran-
227 quilidade, por ausência de definição exata do que é, ou não a-
228 fim; o mesmo não ocorre, porém, respeitadamente ao diploma que
229 estabelece o quantitativo numérico, tendo em vista a sua clare-
230 za." Como se depreende do exposto, a flexibilização refere-se
231 ao critério da afinidade e a objetividade e a clareza dizem
232 respeito ao critério quantitativo. Ora, se como é evidente - e
233 já foi aqui amplamente enfocado -, a afinidade intrinsecamente
234 abriga em si amplitudes diversas, por que não permanecer este
235 critério com tal denominação que permite às diferentes Unida-
236 des elasticidade na estruturação de seus Departamentos, mesmo
237 resguardando os limites numéricos exigidos? Como é bem observa-
238 do, os Departamentos da Faculdade de Direito são formados por
239 disciplinas rigorosamente afins. Porém, em outras Unidades va-
240 mos encontrar Departamentos formados por disciplinas muito a-
241 fins (e não rigorosamente), ou simplesmente afins, ou relativa-
242 mente afins, ou com alguma afinidade, etc, etc... Na Universi-
243 dade pois, não há um critério de afinidade rígido e estanque,
244 mas sim um critério de afinidade flexível que abrange matizes
245 diversos. Por que então, uma vez que este critério em determi-
246 nado espaço da Instituição é tratado com maior rigidez, deverá
247 ele ser revisto no plano global da mesma? Por que não apenas
248 revê-lo onde a rigidez excessiva torna-o problemático e inexe-
249 quível? Repetindo-me: por que rever a afinidade em uma abran-
250 gência global? Para que fazê-lo? Obviamente que seria para li-
251 mitá-la, para objetivá-la, para dimensioná-la. Mas pergunto,
252 por que fazê-lo se já existe o critério quantitativo (emanado
253 do Regimento Geral), que lhe interpõe objetivamente limites. O
254 fato do critério quantitativo, atribuir o necessário balisamen-
255 to ao critério da afinidade parece-me lógico, procedente e ple-
256 no em coerência. Ou seja, a incapacidade dimensional, a inexa-
257 tidão formal e a impossibilidade pragmática do abstrato - caso
258 da afinidade -, adquire dimensão, forma e praticidade quando
259 balisada pelo concreto. E no caso o elemento concreto advem da
260 quantificação, do uso concomitante do critério numérico. Não
261 vejo pois, senhores conselheiros, que se faça necessária uma
262 re-avaliação do critério da afinidade. Para mim, se este crité-
263 rio é forte em conteúdo funcional é frágil em termos de exati-
264 dão formal. Como no entanto há o critério numérico a ser con-
265 juntamente considerado, a exatidão que se requer, pode ser, por

266 ele interposta. E como o que denominei fragilidade em termos
267 de exatidão - referentemente à afinidade - ocorre devido a far
268 ta flexibilidade que a mesma possui, torna-se possível garan-
269 tir a exatidão sem prejuízo da afinidade, desde que para com
270 esta não se tenha uma atitude de rigidez exacerbada. Retornan-
271 do ao exposto no parecer anteriormente por mim exarado, enten-
272 do que apenas o impedimento legal obstaculizaria a reformula-
273 ção departamental na Faculdade de Direito. Como ficou eviden-
274 ciado que tal impedimento é inexistente, penso que cabe àquela
275 Unidade, e não à UFPel, rever seu critério de afinidade (ao que
276 parece demasiado rígido), para que o mesmo não entre em conflí
277 to com as exigências legais de caráter numérico. Em 16.04.1991
278 Hilda Costa Acevedo." Concluída a leitura de seu parecer, a Pro-
279 fessora Hilda destacou que sua preocupação maior era centrada
280 na questão da legalidade e que o parecer da Procuradoria Jurí-
281 dica dirimiu essa dúvida. A seguir, o Senhor Presidente colo-
282 cou em discussão o assunto, o que ensejou manifestação favorá-
283 vel do plenário quanto ao parecer da relatora. Destacou o Pro-
284 fessor Schuch, que caberia, agora, fixar um prazo à Faculdade
285 de Direito para que implemente a sua reorganização departamen-
286 tal. À oportunidade, foi, ainda, destacado que o princípio re-
287 gimental que estabelece que os Departamentos devem ter no míni
288 mo 8(oito) e no máximo 40(quarenta) professores é válido para
289 toda a Universidade e, como tal, deve ser cumprido. Relativa -
290 mente a questão do prazo a ser concedido, fez uso da palavra, a
291 Professora Hilda chamando a atenção para que a questão da re-
292 departamentalização da Faculdade de Direito é assunto que vem
293 sendo tratado há bastante tempo, mesmo dentro daquela Unidade,
294 ainda que com evidentes resistências, e que, portanto face a
295 decisão agora tomada, a nível deste Conselho, a execução deve a-
296 contecer em seguida, no prazo máximo de 30(trinta) dias. Manifes-
297 tando-se, o Professor Moacir referiu que, nacionalmente, os Cur
298 sos de Direito e Medicina são os que, pela constituição e manu-
299 tenção de estrutura tradicional, mais intactos permanecem quan-
300 to a não fragmentação da profissão, ao contrário do que ocorre
301 em outras áreas. Além disso - acrescentou - deve ser considera-
302 do que houve manifestação unânime de todo o Conselho Depart-
303 mental quanto a manutenção da atual estrutura o que demonstra
304 que mudanças bruscas na estrutura vigente serão muito traumáti-
305 cas, evidenciando a necessidade de um prazo maior para execu-

306 ção. A propósito da modificação da estrutura departamental da
307 Faculdade de Direito, o Professor Schlee esclareceu que, como
308 professor daquela Unidade acadêmica, reconhecia a extrema difi-
309 culdade para conciliar os critérios qualitativo e quantitativo
310 no atendimento de uma decisão do COCEPE, a qualquer prazo. Ex-
311 plicou que, há tempos surgira a iniciativa de redução do núme-
312 ro de Departamentos da Faculdade, sem que se conseguisse êxito
313 não propriamente por resistência interna quanto à mudança, mas
314 pelas peculiaridades do curso e do próprio Direito, cuja divi-
315 são clássica constitui impedimento sério a qualquer tentativa
316 reducionista e cujo conteúdo científico impõe afinidades que
317 os números necessariamente não respeitam. Por sua vez, a Pro-
318 fessora Céres referiu que talvez a re-departamentalização favo-
319 reça uma revisão da proposta filosófica da Faculdade como um
320 todo, o que será da maior importância. Além disso, possui in-
321 formações de que a estrutura dessa Faculdade é bastante arcai-
322 ca sendo imperativo reavaliá-la. Outros Conselheiros opinaram
323 pela concessão de um prazo de 60 (sessenta) dias à Faculdade
324 de Direito e, diante da divergência de opiniões, o Senhor Pre-
325 sidente procedeu votação para deliberar sobre a questão, sendo
326 que, por maioria de votos, foi aprovado a concessão do prazo
327 de 30 (trinta) dias para que aquela Faculdade se manifeste em
328 caráter definitivo quanto a sua recomposição departamental, na
329 forma do parecer constante das páginas 29 a 30 do Processo, de-
330 vidamente aprovado pelo COCEPE. Quanto ao item 3 - Vagas Docen-
331 tes, o Professor Schuch sugeriu apreciá-lo juntamente com os
332 Processos de Concurso, visto que o assunto é da mesma natureza.
333 Passou-se, então, à apreciação do Item IV - Processos relata-
334 dos pela Comissão de Graduação, tendo como relatora a Professo-
335 ra Maria Isabel da Cunha. Processo nº 23110.000720/91-52 de Ma-
336 ria Tereza Lenz Anchau, aluna do Curso de Enfermagem e Obste-
337 trícia, solicitando liberação dos pré-requisitos das discipli-
338 nas de Introdução à Saúde Pública e Metodologia Aplicada à En-
339 fermagem. O COCEPE homologou o parecer de sua Comissão de Gra-
340 duação que manifestou-se pelo indeferimento da solicitação. Pro-
341 cesso nº 23110.000904/91-95 de Eunice Silva da Silva, solici-
342 tando matrícula no Curso de Estudos Sociais. O COCEPE, conside-
343 rando as informações obtidas junto ao Colegiado do Curso de Es-
344 tudos Sociais, homologou o parecer exarado por sua Comissão de
345 Graduação, pelo indeferimento da solicitação. Em seguida, fo-

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 05/91. Fls. 10

ram apreciados alguns Processos não constantes da pauta, de responsabilidade da Comissão de Graduação. Processo nº 23110.000824/91-58 de Milton Marcolin, solicitando reconhecimento de matrícula nas disciplinas de Estrutura e Construção IV e Planejamento Arquitetônico IV. O COCEPE homologou o parecer de sua Comissão de Graduação, que manifestou-se pelo indeferimento da solicitação. Processo nº 23110.000829/91-71 de Cleber Omar Geraldo de Oliveira, aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo solicitando matrícula na disciplina de Planejamento Arquitetônico IV, com dispensa de pré-requisito. O COCEPE homologou o parecer de sua Comissão de Graduação, que manifestou-se pelo indeferimento da solicitação. Processo nº 23110.000734/91-67 de Cláudio Antonio Sorondo Dias e outros, alunos do Curso de Graduação em Canto, manifestando discordância quanto a metodologia empregada na disciplina Técnica Vocal III. Ao proceder o relato do Processo, a Professora Maria Isabel destacou que os alunos estão recorrendo ao COCEPE de forma incorreta, uma vez que, primeiramente, deveriam dirigir-se ao Colegiado, tendo em vista a natureza da reivindicação. O COCEPE, após detalhada análise do Processo, homologou o parecer de sua Comissão de Graduação, que manifestou-se pelo indeferimento da solicitação, recomendando que o assunto seja discutido junto ao Colegiado de Curso de Graduação em Canto, por tratar-se de matéria de sua competência. Concluído o exame dos Processos, a Professora Maria Isabel, fazendo uso da palavra, lembrou aos Senhores Conselheiros que, por ocasião da aprovação da Resolução 05/90 que regulamentou o tempo de permanência de um aluno na Universidade, ficara acertado que cada curso definiria o seu tempo mínimo e máximo, haja vista a diferença de currículo e de duração de cada Curso. Destacou que até o momento 15 (quinze) Cursos já prestaram a informação e propôs que o COCEPE aprovasse a definição em bloco, já que esta era uma decisão de cada Colegiado, especificamente. Colocado o assunto em discussão, manifestou-se a Professora Cêres explicitando o seu entendimento de que a fixação do período mínimo e máximo deve estar estritamente vinculada às determinações do Conselho Federal de Educação cabendo, portanto, uma prévia análise dessas propostas à luz dessas diretrizes. Intervindo, em seguida, a Professora Maria Isabel salientou estar, a seu juízo, havendo um erro de interpretação uma vez que a questão é definir o tempo má

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 05/91. Fls. 11

386 ximo em que um aluno poderá concluir o seu Curso ou seja: o tem
387 po máximo de sua permanência dentro da Universidade. Não cabe
388 aqui discutir a questão do tempo máximo em que um currículo po
389 de ser ministrado, segundo as normas do CFE porque o enfoque
390 não é este, salientou. Por sua vez, o Professor Moacir sugeriu
391 que poderia ser adotado um critério geral que consistiria em
392 determinar que o tempo máximo para o cumprimento de um Currícu
393 lo seria o "dobro do currículo pleno de cada Curso". A diver
394 gência de opiniões persistia e, como não se chegasse a um con
395 senso, a Professora Maria Isabel propôs que o assunto fosse ob
396 jeto de exame em próxima sessão do COCEPE, quando apresentaria
397 um quadro mais detalhado. Item V - Processo nº 23110.000904/91
398 -95, já apreciado juntamente com o item anterior. Item VI - Pro
399 cessos relatados pela Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, ten
400 do como relator o Professor Sérgio Roberto Martins. Processo
401 nº 23110.000307/91-14 do Professor Flávio Sacco dos Anjos, da
402 Faculdade de Agronomia, solicitando liberação para cursar Pós-
403 Graduação a nível de Mestrado, em Sociologia Rural, na UFRGS,
404 no período de março/91 a março/93. À respeito, o Professor
405 Schlee comentou que este professor, durante o ano passado, pres
406 tou grande contribuição à área de extensão mediante sua parti
407 cipação em projetos e que, via com surpresa o fato de que o
408 seu afastamento não tenha sido apreciado, também, pela Pró-Rei
409 toria de Extensão, haja vista sua estreita vinculação com essa
410 área. Fazendo uso da palavra, o Professor Schuch destacou ser
411 válida a colocação, embora a liberação do professor pelo Depar
412 tamento esteja perfeitamente correta, já que a ele cabe esta
413 responsabilidade. Entretanto, entende que deveria haver uma co
414 municação, ainda que informal, aos órgãos onde o professor de
415 senvolve suas atividades. O COCEPE homologou o parecer de sua
416 Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, que manifestou-se favora
417 velmente ao afastamento solicitado. Processo nº 23110.000908/
418 91-46, encaminhando o projeto de pesquisa intitulado "Perfil e
419 aspectos nutricionais da população de pacientes tratados em
420 CAPD e num Hospital de Pelotas", coordenado pela Professora De
421 nise Halpern Silveira. O COCEPE homologou o parecer de sua Co
422 missão de Pesquisa e Pós-Graduação que manifestou-se pela apro
423 vação do projeto, ficando a execução plena na dependência da
424 obtenção de recursos. Processo nº 23110.000124/91-36 do Profes
425 sor Renato Barbosa Xavier da Faculdade de Medicina, sollicitan-

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 05/91. Fls. 12

426 do Licença Sabática para escrever um livro sobre Ortopedia Pe-
427 diátrica. O COCEPE, considerando a característica do afastamen-
428 to, homologou o parecer de sua Comissão de Pesquisa e Pós-Gra-
429 duação, que manifestou-se favoravelmente ao afastamento do pro-
430 fessor com base no disposto no art. 227 do Regimento Geral da
431 UFPel, pelo período de 6 (seis) meses, com o fim de escrever o
432 bra de natureza didática. À oportunidade, o Professor Sérgio
433 explicou que dera conhecimento à CPPD que, nas normas de regu-
434 lamentação da Licença Sabática não está previsto a sua utiliza-
435 ção para escrever livros e que a mesma visa, especificamente, o
436 aprimoramento docente mediante o desenvolvimento de um traba-
437 lho inter-institucional. Para o presente caso, a solução pode-
438 ria ser alcançada mediante a utilização do dispositivo constan-
439 te no art. 227 do Regimento Geral da Universidade, o que já
440 foi comunicado ao professor e recebido a sua concordância, uma
441 vez que atende aos seus objetivos. Processo nº 23110.000707/91
442 -94 do Professor Marcelo Amaral Bezerra da Faculdade de Direi-
443 to, solicitando liberação para realizar Curso de Pós-Graduação,
444 a nível de Mestrado em Direito, área de Processo Civil, na
445 UFRGS no período de abril/91 a abril/93. O COCEPE homologou o
446 parecer de sua Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação que mani-
447 festou-se favoravelmente ao afastamento solicitado. Processo
448 nº 23110.000967/91-13 do Instituto de Biologia, encaminhando o
449 projeto de pesquisa intitulado "Avaliação de Moxidectin, Inver-
450 mectin e Trichlorfon em larvas de Oestrus ovis em ovinos natu-
451 ralmente infestados", coordenado pelo Professor Paulo Bretanha
452 Ribeiro. O COCEPE homologou o parecer de sua Comissão de Pes-
453 quisa e Pós-Graduação que manifestou-se favoravelmente à apro-
454 vação do projeto, ficando a execução plena na dependência da
455 obtenção de recursos. Processo nº 23110.000965/91-80 da Facul-
456 dade de Educação, encaminhando o projeto de pesquisa intitula-
457 do "Fatores Intra-Institucionais Associados à Permanência na
458 Escola de Crianças de Baixa Renda: Estudo de Casos", coordena-
459 do pela Professora Magda Floriana Damiani Victora. O COCEPE ho-
460 mologou o Parecer de sua Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação
461 que manifestou-se favorável à execução do projeto. Concluído o
462 exame dos Processos, o Professor Sérgio, fazendo uso da pala-
463 vra, comunicou que a UFPel havia sido contemplada com 16 (de-
464 zesseis) Bolsas relativas ao projeto RHAE - Recursos Humanos
465 em Áreas Estratégicas do CNPq, destacando que o mesmo é volta-

do à área de Biotecnologia. Salientou que, durante os próximos dias, a Pró-Reitoria estará convocando uma reunião com as Unidades envolvidas - Faculdade de Agronomia, Faculdade de Veterinária e Instituto de Biologia e com a participação do Professor Schuch - Presidente do COCEPE. Solicitou, ainda, que este órgão dê total respaldo a iniciativa. Em seguida, o Professor Schlee manifestou-se, perguntando qual é a exigência de pontuação mínima no que diz respeito a concursos e provas de titulação. Aproveitando a oportunidade, o Professor Schuch explicou que o assunto foi objeto de discussão no COCEPE anos atrás, tendo havido a recomendação de que a nota mínima a ser concedida a um candidato graduado seria aquela que lhe daria a condição de aprovação mínima. No entanto, como a decisão não chegou a transformar-se em resolução, no entendimento do Senhor Presidente, não pode ter supremacia sobre as normas de curso em vigor na Instituição. Como o assunto demandasse em análise e discussão mais profundas e, considerando que a totalidade da pauta ainda não estivesse cumprida, o Senhor Presidente sugeriu que a sessão tivesse continuidade na parte da tarde, no horário das quatorze horas e trinta minutos. À hora estabelecida, no mesmo local, sob a Presidência do Professor Luiz Henrique Schuch, seu Presidente, ocorreu o desdobramento da citada reunião a qual contou com a participação dos mesmos Conselheiros presentes na parte da manhã, à exceção dos Professores Sérgio Roberto Martins, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Aldyr Garcia Schlee, Pró-Reitor de Extensão e Maria de Lourdes Valente Reyes, Representante da Área de Letras e Artes, que justificaram o seu não comparecimento em razão de compromissos nas respectivas Unidades. Reaberta a sessão, o Professor Schuch retornou ao exame da pauta, passando a palavra ao Professor Gastão Coelho Pureza Duarte, relator da Comissão de Concursos. Item VII - Processos relatados pela Comissão de Concursos. Processo nº 23110.000946/91-35 do Instituto de Ciências Humanas, solicitando abertura de Concurso Público para a área de História. Foi, especialmente, salientado pela Unidade que o requisito mínimo para inscrição é Licenciatura Plena em História ou Bacharelado em História ou, ainda, portadores de diploma de Bacharel em Direito com Mestrado em História. O Professor Schuch chamou a atenção para a importância de que, no Edital, a exigência conste genericamente de forma a evitar-se a

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 05/91. Fls. 14

506 ções de órgãos de classe e similares. O COCEPE referendou o pa
507 recer de sua Comissão de Concursos que homologou a decisão do
508 Conselho Departamental do ICH quanto a alocação da vaga para a
509 área de História. Foram, ainda, homologados os tipos de provas,
510 programas, regime de trabalho, classe da carreira em concurso
511 e requisitos para inscrição. Processo nº 23110.000921/91-12 do
512 Instituto de Biologia solicitando abertura de Concurso Público
513 para preenchimento de duas vagas na área de Anatomia Humana I
514 e II. O COCEPE referendou o parecer de sua Comissão de Concur-
515 sos que manifestou-se pela homologação do parecer do Conselho
516 Departamental do Instituto de Biologia que alocou duas (2) va-
517 gas para Concurso na área de Anatomia Humana. Foram, ainda, ho-
518 mologadas as indicações relativas aos tipos de provas, progra-
519 mas, regime de trabalho, requisitos para inscrição e classe da
520 carreira de magistério em concurso. Processo nº 23110.000945/
521 91-72 do Instituto de Ciências Humanas, solicitando abertura
522 de Concurso Público para a classe de Professor Assistente na á-
523 rea de Filosofia (Introdução à Filosofia e Teodicéia) em vaga
524 decorrente da aposentadoria do Professor Gilberto da C. Gigan-
525 te. O COCEPE referendou o parecer de sua Comissão de Concursos
526 que manifestou-se pela homologação da decisão do Conselho De-
527 partamental da Unidade, que alocou uma vaga para Concurso na á-
528 rea de Filosofia. Foram, ainda, homologados os tipos de pro-
529 vas, programas, regime de trabalho, requisitos para inscrição
530 e classe da carreira de magistério em concurso. Processo nº
531 23110.003676/90-98 do Instituto de Física e Matemática, encami-
532 nhando dados relativos a indicação da Banca Examinadora, dia,
533 hora e local de realização do Concurso para a área de Física
534 Moderna. O COCEPE referendou o parecer de sua Comissão de Con-
535 cursos que manifestou-se pela homologação da Banca Examinadora,
536 data, local e hora de realização das provas, conforme indica-
537 ção da Unidade, devendo ser solicitado ao IFM a indicação de
538 dois suplentes para integrar a Banca Examinadora. Processo nº
539 23110.003611/90-42 do Conservatório de Música encaminhando a
540 indicação dos nomes que integrarão a Banca Examinadora do Con-
541 curso Público para a área de Piano e definindo a data, local e
542 hora de realização das provas. O COCEPE referendou o parecer
543 de sua Comissão de Concursos que manifestou-se pela homologa-
544 ção da Banca Examinadora indicada pela Unidade, bem como sobre
545 a data, local e hora de realização das provas. Processo nº ...

76 ef

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

- COCEPE. ATA Nº 05/91. Fls. 15

23110.003592/90-08 da Faculdade de Medicina encaminhando a indicação dos nomes que integrarão a Banca Examinadora para o Concurso Público na área de Clínica Médica (Internista), bem como a data, local e hora de realização das provas. O COCEPE referendou o parecer de sua Comissão de Concursos que manifestou-se pela homologação da Banca Examinadora indicada pela Unidade, bem como, quanto a data, local e hora de realização das provas. Foi, ainda, homologado o nome a ser indicado pela Faculdade de Educação para integrar a referida Banca. Processo nº 23110.000347/90-40 e 23110.003116/90-33 do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, indicando os nomes que integrarão a Banca Examinadora para o Concurso Público na disciplina de Agricultura, bem como a data, hora e local da realização das provas. O COCEPE referendou o parecer de sua Comissão de Concursos que manifestou-se pela homologação da Banca Examinadora, data, local e hora de realização das provas para o Concurso em destaque. A seguir, o Professor Gastão procedeu a leitura de Processos de Concursos que não se encontravam incluídos na pauta, a saber: Processo nº 23110.003554/90-19 do Instituto de Biologia encaminhando o resultado final do Concurso Público para a classe de Professor Auxiliar na área de Histologia. O COCEPE referendou o parecer de sua Comissão de Concursos que manifestou-se pela homologação do resultado final para o Concurso em referência, que aprovou os seguintes candidatos: 1º) Laura Beatriz Oliveira de Oliveira; 2º) Marta Gonçalves Amaral; 3º) Luiz Fernando Minello; 4º) Maria Gabriela Tavares Rheingantz; 5º) José Artur Bogo Chies; 6º) Kátia Maria Machado Tejada; 7º) Obirajara Rodrigues. Processo nº 23110.003595/90-98 da Faculdade de Educação, indicando a Banca Examinadora, local, hora e data de realização das provas relativas ao Concurso Público para a área de Metodologia do Ensino (Matemática). O COCEPE homologou o parecer de sua Comissão de Concursos que manifestou-se favoravelmente à aprovação da Banca Examinadora, data, local e hora de realização das provas, conforme indicação da Unidade. Em seguida, o Senhor relator procedeu a leitura do Ofício nº 013/91 de 16.04.91 da Professora Maria da Graça M. Viana, Chefe do Departamento de Ensino da Faculdade de Educação comunicando a alteração do horário do Concurso Público em Metodologia do Ensino - Educação, de 8 para as 15 horas, em razão da impossibilidade do Professor Ruy Krebs, integrante da banca,

ef

774

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 05/91. Fls. 16

586 estar presente à hora inicialmente prevista. À oportunidade, o
587 Senhor Presidente manifestou-se esclarecendo que foi consulta-
588 do a respeito, posicionando-se favoravelmente, por entender
589 que deve haver flexibilidade quanto a situações desta natureza.
590 A alteração implementada pela Faculdade de Educação recebeu a
591 aprovação integral do COCEPE. Processo nº 23110.000931/91-68
592 da Escola Superior de Educação Física, solicitando a contrata-
593 ção de candidato aprovado em concurso para a área de Rítmica e
594 Prática Desportiva, em vaga decorrente da demissão do Profes -
595 sor Pedro Luiz B. Mechereffe. O COCEPE deliberou pela contrata
596 ção do candidato classificado em 2º lugar para a área de Rítmi
597 ca e Prática Desportiva, conforme registros existentes no De-
598 partamento de Pessoal. No momento seguinte, o Professor Gastão
599 deu conhecimento aos Senhores Conselheiros de Processos chega-
600 dos ao COCEPE concernentes a interposição de recurso de candi-
601 datos submetidos ao Concurso Público para a Faculdade de Arqui
602 tetura - Área de Teoria e História da Arquitetura e Projeto (ên
603 fase em Conforto Ambiental), manifestando desconformidade com
604 o resultado da prova de títulos relativamente às notas atribui
605 das pelos examinadores que, no seu entendimento, fere à orien-
606 tação do COCEPE constante do Ofício nº 07/85, além de veicula-
607 rem outros questionamentos quanto a forma de condução do Con -
608 curso. São os seguintes os Processos de interposição de recur-
609 so: 23110.000948/91-61 de Hugo Gomes Blois Filho; 23110.000949/
610 91-23 de Ronald Wladimir Guez Vargas; 23110.000951/91-45 de A-
611 driane Borda Almeida da Silva; 23110.000952/91-38 de Eunice Ma
612 ria Borges Osório e 23110.000953/91-09 de Noêmia M. Peixoto Du
613 arte de Menezes. O COCEPE, frente aos fatos narrados nos Pro -
614 cessos referidos acima, deliberou pelo seu encaminhamento à
615 FAUrb, para que seu Diretor, juntamente com os integrantes da
616 Banca Examinadora localizados em Pelotas, se manifestem deta -
617 lhadamente quanto aos questionamentos levantados pelos candida
618 tos para posterior análise por este Conselho. O COCEPE delibe-
619 rou, ainda, que enquanto perdurar a tramitação desses Proces-
620 sos, o resultado final do Concurso ficará pendente de homologa
621 ção por este Conselho. Processo nº 23110.003572/90-72 da Facul
622 dade de Arquitetura e Urbanismo, encaminhando o resultado fi-
623 nal do Concurso Público para a classe de Professor Auxiliar na
624 área de Teoria e História da Arquitetura e Projeto (ênfase em
625 Conforto Ambiental). O COCEPE, considerando a interposição de

dy

626 recurso de diversos candidatos submetidos ao concurso em refe-
627 rência, deliberou por manter o resultado final exarado pela
628 Banca Examinadora pendente de homologação por este Conselho, a-
629 té a conclusão dos respectivos Processos. Processo nº
630 23110.000968/91-78 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, so-
631 licitando a contratação do candidato classificado em 2º lugar
632 no Concurso Público para a área de Teoria e História da Arquite-
633 tura e Projeto (ênfase em Conforto Ambiental), em vaga decorren-
634 te da aposentadoria da Professora Ligia Xavier Goulart. O COCEPE,
635 considerando deliberação adotada quanto ao Processo nº
636 23110.003572/90-92 concernente ao Concurso Público para a área
637 em destaque, decidiu manter o presente Processo igualmente pen-
638 dente até que ocorra manifestação deste Conselho quanto ao re-
639 sultado final do Concurso. À oportunidade, foi destacado pela
640 Presidência a importância de que o COCEPE examine, neste momen-
641 to, a decisão deste órgão, adotada em anos anteriores, e cons-
642 tante apenas em Ata, quanto a atribuição da nota mínima 5,0 (cin-
643 co) no julgamento de provas de títulos. Salientou o Professor
644 Schuch que, no seu entendimento, uma decisão consignada em Ata
645 e informada às Unidades através de Ofício Circular não pode, em
646 nenhum momento, sobrepujar-se às Normas de Concurso em vigência;
647 isto só aconteceria se o COCEPE houvesse publicado essa decisão
648 em uma Resolução. Destarte, a medida tem, somente, caráter de o-
649 rientação e nunca de normatização geral. Em relação a questão,
650 manifestou-se o Professor Moacir explicitando achar injusto ad-
651 mitirmos inscrições de candidatos que apresentem, apenas, requi-
652 sito mínimo e transformarmos a prova em eliminatória, desconsi-
653 derando essa titulação. Destacou que graduação é condição míni-
654 ma e que Pós-Graduação, inclusive com Pós-Doutorado, é condição
655 máxima e, se um candidato é aceito com o título mínimo não pode
656 ser eliminado por esse requisito. Salientou que, durante sua ex-
657 periência em Bancas de Concursos, toda vez que se defrontou com
658 situações dessa ordem, optou por avaliar o candidato com nota
659 5 (cinco), mínima para aprovação, dado a delicadeza da situação.
660 Sugere tornar a prova de títulos não eliminatória, como forma
661 de equacionar a questão. Já a Professora Céres verbalizou o seu
662 entendimento de que, para o Concurso de Professor Auxiliar, o
663 diploma de Graduação deve ter peso 0 (zero) numa avaliação de
664 títulos; para Professor Assistente o título de Mestre equivale
665 a avaliação 0 (zero) e para Professor Adjunto o grau de Doutor

666 tem, igualmente, valor 0 (zero). O que for apresentado além dis
667 so será titulação excedente e, portanto, positiva. Entende que
668 o fato de tornar a prova de títulos não eliminatória, estará di
669 ferenciando-a das demais. Por sua vez, interferindo, a Professo
670 ra Maria Isabel expressou o seu entendimento de que, se Gradua
671 ção é o requisito mínimo para um Concurso, um candidato não po
672 de ser reprovado por apresentar somente essa exigência o que,
673 em ocorrendo, denotaria um contra-senso; o conhecimento, o desem
674 penho didático é medido prova a prova e é o que vai demonstrar
675 as aptidões do concorrente. Ainda sobre o assunto, a Professora
676 Céres declarou não concordar com a opinião de seus colegas mas
677 que se acha vencida. A seu ver, Graduação é o requisito de ins
678 crição e não de julgamento e, se um aluno, ao entrar para a Uni
679 versidade pretender seguir a carreira Universitária deve prepa
680 rar-se para tal através de atividades de monitoria, auxiliar de
681 pesquisa, etc... A Professora Hilda, procurando fazer um balan
682 ço da situação, salientou ser a questão bastante delicada uma
683 vez que iremos mexer em normas há bastante tempo extratificadas
684 e com as quais as pessoas estão habituadas a lidar; só será a
685 conselhável alterá-las se for para facilitar o trabalho. A seu
686 ver, a prova de títulos é a que permite uma avaliação mais téc
687 nica, mais objetiva e, estranhamente, vem sendo tratada de for
688 ma subjetiva. A discussão perdurou ainda por algum tempo com ma
689 nifestações dos Conselheiros Eracy que sugeria fosse ouvida a
690 Procuradoria Jurídica sobre a validade do Ofício Circular 07/
691 85; do Professor Diaz que enfatizava ser da maior importância pa
692 ra a lisura do Processo que, no próprio Edital, conste as exi
693 gências quanto a titulação e, ainda, do Professor Moacir que sa
694 lientava que, hoje, as Bancas Examinadoras passam por uma situa
695 ção de certo constrangimento no julgamento das provas de títu
696 los, face a existência de critérios não perfeitamente definidos.
697 Por fim, foi posta em votação e aprovada a proposta do Profes
698 sor Moacir no sentido de transformar a prova de títulos em não
699 eliminatória, deliberação esta válida para os Concursos cujas
700 Bancas Examinadoras ainda não se acham instaladas. Esta delibe
701 ração resultará em alteração do inciso III do art. 38 das Nor
702 mas de Concurso para Professor Auxiliar, constantes da Portaria
703 nº 128/83, que passará a constar com a seguinte redação: "Art.
704 38 - Inciso III: serão eliminados os candidatos que não alcança
705 rem média aritmética igual a cinco (5) em qualquer das provas

706 realizadas, exceto na prova de títulos." Processo nº
707 23110.000966/91-42 do Instituto de Física e Matemática, solici
708 tando abertura de Concurso Público para a área de Física Médi-
709 ca, em vaga decorrente do falecimento do Professor José Wel-
710 lington M. Motta. O COCEPE, após detalhada análise do Processo,
711 deliberou por baixá-lo a Unidade para definição detalhada das
712 áreas que possibilitarão à inscrição no Concurso, lembrando que
713 a exigência para o Concurso de Professor Auxiliar é diploma de
714 Graduação ou licenciatura plena. Processo nº 23110.002056/90-
715 78 de Edinson Nery Cáceres Devitta, solicitando revalidação do
716 diploma de Especialista. O COCEPE homologou o parecer da Comis
717 são constituída pela Portaria nº 023, de 07.02.91 que manifes-
718 tou-se favoravelmente à revalidação do Certificado de Especia-
719 lista apresentado pelo requerente. Em seguida, o Professor -
720 Schuch, fazendo uso da palavra, agradeceu a presença do Profes
721 sor Gastão aqui, hoje, e a colaboração emprestada ao COCEPE, em
722 especial na Presidência da Comissão de Concursos e que, agora,
723 passaria a usufruir de mui justa aposentadoria, conforme pre-
724 ceito constitucional e por força do Regime Jurídico Único. Lo-
725 go após, pronunciou-se o Professor Gastão, visivelmente emocio
726 nado, manifestando sua profunda gratidão pela amizade e pelo
727 convívio tão agradável neste Conselho e durante os quarenta e
728 três anos em que serviu à Universidade, a qual faz questão de
729 referir-se como sendo "a minha Universidade" e "a minha Facul-
730 dade", quando se trata da Faculdade de Odontologia. Disse que,
731 durante esse período, possivelmente tenha cometido muitos er-
732 ros que foram, todavia, compreendidos por seus companheiros e
733 salientou de seu entusiasmo em colaborar com a Universidade, o
734 que fez desde a sua criação tendo, inclusive, participado da e
735 laboração de seu Regimento. Em seguida, dirigiu-se aos Conse-
736 lheiros, com a voz embargada de emoção, referindo-se a cada um
737 em particular: "ao Professor Schuch, destaco a sua incrível ca
738 pacidade de liderança, a sua habilidade em intervir no momento
739 certo, sem jamais permitir que sua opinião interfira nas opi-
740 niões do grupo e à sua capacidade de decisão; ao Professor Moa
741 cir, meu conterrâneo e amigo destaco a sua profunda capacidade
742 de meditação e o seu conhecimento profundo sobre as mais di-
743 versas questões que, muitas vezes, temos dificuldade para acom
744 panhar tal a sua inteligência; à Professora Cêres, destaco a
745 sua capacidade de organização, o detalhamento no exame das A-

tas, sempre encontrando algo diferente e a propriedade com que defende suas idéias; à minha querida amiga, Professora Hilda, destaco o seu brilhantismo e competência que ficaram consagrados neste Conselho quando tivemos a oportunidade de ouvir os seus pareceres no Processo que trata da reorganização departamental da Faculdade de Direito, o que considero uma dívida ter podido ouvir pela profundidade, pela clareza e pela forma corajosa como foi levado a efeito. Considero este trabalho uma verdadeira tese; ao meu amigo, Professor Diaz destaco sua notável capacidade de moderação, o seu incrível equilíbrio na avaliação dos Processos quando, antes de emitir uma decisão, procura eliminar, ponto a ponto, todas as dúvidas que o assunto envolve; ao meu prezado colega Eracy, estudante de Direito, destaco suas intervenções precisas neste Conselho, sempre defendendo com muito entusiasmo suas convicções o qual, desde já, tenho certeza será um jovem advogado com um futuro profissional brilhante; à minha querida amiga Professora Maria Isabel, minha ex-aluna, de quem muito me orgulho e a quem sempre me refiro como sendo uma inteligência brilhante e uma capacidade enorme haja vista que em todos os cargos que tem ocupado sempre se houve com capacidade extraordinária e lá no Colégio Assis Brasil, tive a honra de ser teu professor e colega; ao Professor Schlee que é um verdadeiro artista, ele "sola" com uma mão e acompanha com a mão esquerda com uma capacidade extraordinária, ao mesmo tempo em que desenha consegue não perder um minuto sequer a percepção do que está se discutindo nas reuniões, a ponto de quando emite sua opinião ela é altamente abalizada; ao Professor Sérgio que também é um artista de coração, sua maior dificuldade é precisar dizer não a alguém e quando o faz, é com o coração doído, isto o fere profundamente e, por ser músico, ele transfere essa sensibilidade para o seu trabalho e, por fim, à minha companheira Secretária pela sua dedicação e capacidade de observação que a leva a anotar e registrar de forma minuciosa todos os momentos de nossa reunião." Concluída a explanação do Professor Gastão, expressou-se a Professora Maria Isabel da seguinte forma: "É provável que um dia, se alguém se dedicar com alguma profundidade ao estudo da história da Universidade, seguramente encontrará, pelo menos nas suas primeiras décadas, em praticamente todos os seus passos, o dedo do Doutor Gastão, uma vez que foi um dos professores que mais par

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 05/91. Fls. 21

786 ticiparam de todos os órgãos da Universidade, o que demonstra
787 ter sido uma pessoa ativa, envolvida com as questões da Univer
788 sidade, desenvolvendo com dedicação e zelo o apelo e as ativi-
789 dades que, ao longo dos anos, lhe foram confiadas. O Doutor
790 Gastão, sem dúvida alguma, sempre recebeu o mesmo carisma e o
791 mesmo destaque dispensado ao Doutor Amílcar e é para mim e pa-
792 ra muitos, visto sempre como um Reitor. É provável que nesses
793 anos todos, o Senhor tenha obtido um destaque maior do que al-
794 guém que tenha exercido um cargo na administração superior. Sua
795 figura é um exemplo para todos nós, é um norte a ser seguido,
796 é um exemplo de pluralidade que está indissociavelmente vincu-
797 lado à Universidade." A seguir, o Senhor Presidente colocou a
798 palavra à disposição dos Senhores Conselheiros. Como dela nin-
799 guém mais desejasse fazer uso, agradeceu a presença de todos,
800 dando a sessão por encerrada. Do que, para constar, eu *Leonor*
801 Leonor Lima de Faria, lavrei a presente Ata que após aprovada
802 será, igualmente, assinada pelo Senhor Presidente.

Leonor
Leonor Lima de Faria